



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000923158

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1191139-78.2024.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, em que são apelantes GUILHERME NOBREGA DE ALMEIDA e GW PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA, é apelada RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A..

ACORDAM, em 2ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores CORRÊA PATIÑO (Presidente sem voto), ALVARO PASSOS E GIFFONI FERREIRA.

São Paulo, 2 de setembro de 2025.

JOSÉ JOAQUIM DOS SANTOS
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Voto nº 52618

Apelação Cível nº 1191139-78.2024.8.26.0100

Comarca: 30ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo

Apelantes/Autores: GUILHERME NOBREGA DE ALMEIDA E OUTRA

Adv.: Nelson Borges de Barros Neto

Apelada/Ré: RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S/A

Adv.: Sérgio Gonini Benício

Juíza: Priscilla Bittar Neves Netto

DIREITO CIVIL. APELAÇÃO. DIREITOS AUTORAIS.
RECURSO IMPROVIDO.

I. Caso em Exame

1. Ação de indenização proposta por Guilherme Nobrega de Almeida e GW Produções Culturais Ltda contra Rádio e Televisão Record S/A, julgada improcedente. Os autores apelam, alegando abusividade em cláusulas contratuais de cessão de direitos autorais e conexos, buscando a nulidade.

II. Questão em Discussão

2. A questão em discussão consiste na aferição da possibilidade de reconhecimento de abusividade e consequente nulidade de cláusula contratual que estabeleceu a cessão de direitos autorais e conexos em contrato de prestação de serviços artísticos.

III. Razões de Decidir

3. A cessão de direitos autorais é regulada pela Lei nº 9.610/98, sendo válida quando feita de forma expressa e contratualmente formalizada.

4. As cláusulas de cessão foram redigidas de forma clara, sem abusividade, mesmo sob a ótica de contratos de adesão. A manifestação de vontade do artista foi expressa e formalizada.

IV. Dispositivo e Tese

5. Recurso desprovido.

Tese de julgamento: 1. A cessão de direitos autorais, quando realizada expressa, é válida. 2. Cláusulas contratuais claras e específicas não configuram abusividade.

Cuida-se de ação de indenização ajuizada por Guilherme Nobrega de Almeida e GW Produções Culturais Ltda em face de Rádio e Televisão Record S/A julgada improcedente pela r. sentença de fls. 707/712, cujo relatório se adota.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Inconformados, apelam os autores a fls. 716/732. Em síntese, sustentam que a causa deve ser analisada à luz dos artigos 13, parágrafo único, da Lei n. 6.533/78, e 115 da Lei n. 9.610/98, com vistas a coibir o abuso do poder econômico e o enriquecimento ilícito de contratantes de serviços artísticos, mediante cessão ou a promessa de cessão dos direitos conexos e autorais em prejuízo dos profissionais. Alegam a abusividade de cláusulas inseridas em contrato de adesão que estipulam a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio. Pretendem a declaração de nulidade da cláusula tida por abusiva.

Recurso tempestivo, preparado e respondido (fls. 737/757).

É o relatório.

Presentes os requisitos, foi possível o juízo positivo de admissibilidade do recurso, razão pela qual processado, estando em condições de julgamento.

O recurso não está em vias de ser provido.

Cinge-se a controvérsia recursal quanto à possibilidade de reconhecimento de abusividade e consequente nulidade de cláusula contratual que estabeleceu a cessão de direitos autorais e conexos em contrato de prestação de serviços artísticos firmado entre as partes.

Respeitada a irresignação dos apelantes, não se afigura razoável a alegação de que não pode ser tida por válida a cessão de direitos operada em favor da apelada, em especial se tratando de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

profissional com vasta experiência no exercício da atividade audiovisual televisiva.

De fato, a possibilidade de cessão e transferência de direitos do autor, por meio de contrato, é regulada nos termos dos artigos 49 e seguintes, da Lei nº. 9.610/98, que trata da transmissão de direitos patrimoniais, aplicando-se inclusive no que tange à reexibição de obras.

Nem se alegue que os contratos firmados correspondem a contratos de adesão e que estipularam renúncia antecipada a direitos resultantes da natureza do negócio, a justificar pedido de declaração de nulidade de cláusula.

Com efeito, ao contrário do alegado, as cláusulas de cessão de direitos autorais foram redigidas de forma clara e específica, em especial no que tange aos limites da transferência e às modalidades de exploração autorizadas, não se verificando a alegada abusividade, ainda que analisadas sob a óptica da natureza de adesão dos contratos.

Vale dizer, mesmo que examinada a causa à luz das Leis nºs. 6.533/78 e 9.610/98, não há que se falar em abusividade de cláusula capaz de embasar a pretensão autoral.

Isto considerado, não merece qualquer censura a solução empregada pelo MM. Juízo "a quo", ao concluir que os contratos firmados pelas partes *"(...) previam a prestação de serviços artísticos relacionados à produção de videofonogramas destinados à exibição televisiva e a outras formas de utilização, tanto no território nacional quanto no exterior"*, bem como que, *"Neles, estabeleceu-se a cessão dos direitos autorais e conexos à ré, permitindo-lhe a exibição das obras, bem como*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

sua posterior transmissão e retransmissão por radiodifusão, de forma simultânea ou diferida, inclusive por meio de transporte de sinal via cabo, satélite ou quaisquer outros meios disponíveis” (fl. 710).

Cumpre anotar que se afigura contraditória a conduta dos apelantes que informam que o coautor Guilherme teria atuado como protagonista em diversas obras audiovisuais da emissora apelada por quase uma década, mediante contratos de prestação de serviços artísticos pactuados entre 2012 e 2020, e, em contrapartida, insurgem-se contra as cláusulas contratuais que previram a cessão de direitos autorais e conexos somente em 02/12/2024, com o ajuizamento da demanda.

Em outras palavras, o acolhimento da tese externada equivaleria a permitir que a parte recorrente obtivesse vantagens com a alegação da própria torpeza (*nemo auditur propriam turpitudinem allegans*).

Descabida, pois, a pretensão dos apelantes quanto ao recebimento de indenização, a título de perdas e danos, “(...) *em quantia equivalente a 10% (dez por cento) do total de “retribuições mensais convencionadas” no referido contrato pelo período de participação do autor em cada Obra (...)*”, na forma pleiteada na inicial (fl. 30).

Irretocável, pois, a r. sentença da lavra da douta magistrada Priscilla Bittar Neves Netto, cujos fundamentos merecem aqui repetidos:

“Nesse contexto, afasto a alegação de que as cláusulas de cessão de direitos conexos seriam nulas por ofensa ao art. 13 da Lei 6.533/78. A aplicação desse dispositivo exige uma análise sistemática e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

contextual. A Lei 6.533/78 regula o exercício da profissão de artista e visa coibir a cessão automática e compulsória dos direitos sem justa contraprestação ou sem a devida manifestação de vontade. Entretanto, essa norma não impede a cessão voluntária, expressa e contratualmente formalizada, como no caso dos autos.

“Portanto, desde que a cessão seja feita de forma expressa, por escrito, com delimitação de objeto e prazo, ela é juridicamente válida e eficaz.

“Os contratos celebrados entre as partes, que contêm cláusulas claras de cessão de direitos, atendem a tais exigências. Mais do que isso, os contratos foram sucessivamente aditados e ajustados, com elevação de valores e continuidade da prestação de serviços, sem qualquer alegação de vício no momento da celebração e com assessoramento técnico e jurídico.

“Assim, restou evidente que houve manifestação expressa de vontade do artista – por meio de sua empresa – de ceder tais direitos à ré e com a transferência, a ré pode utilizar da obra em que atuou o ator sempre que assim o desejar, sem que seja necessário novo pagamento de remuneração” (fls. 711/712).

Em vista do exposto, majora-se a verba honorária arbitrada em desfavor da parte apelante de 15% para 18% sobre o valor atualizado da causa, de acordo com o disposto no artigo 85, §§ 2º e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

11 do Código de Ritos.

Por fim, apenas com o propósito de se evitar a oposição de embargos declaratórios, convém lembrar que para se ter a matéria como prequestionada, não se exige o “pronunciamento explícito” acerca dos dispositivos legais tidos como afrontados, bastando que se decida sobre as matérias jurídicas nele insertas.

Ante o exposto, nega-se provimento ao recurso.

JOSÉ JOAQUIM DOS SANTOS

Relator